

REENGENHARIA NO CRÉDITO RURAL

*** Roberto Rodrigues**

Os percalços do agricultor para obter financiamento para suas atividades determinam a necessidade de reformulação do sistema de crédito rural vigente no Brasil. Imaginemos um produtor de médio porte que precisa buscar no mercado os recursos complementares para o plantio. O caminho sempre foi o de buscar o crédito rural oficial, com juros baixos, hoje em 6,75% ao ano.

Não é mais assim. Ficou no passado a situação em que o volume total de crédito rural oficial disponível era quase o dobro do custo de produção da safra brasileira. Hoje esta participação é de aproximadamente 1/3 da necessidade do setor e, em algumas cadeias produtivas ou regiões do País, a proporção é ainda menor. Mas há um outro aspecto que complica a vida do produtor.

Como, na prática, o crédito rural tornou-se um crédito bancário, é preciso observar regras de regulamentação do sistema financeiro, em especial a classificação de risco e a constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa. Com isso, o crédito oficial não consegue atender a demanda total, e o agricultor corre atrás de outras fontes de financiamento em geral mais caras, aumentando o juro médio a ser pago, muitas vezes inviabilizando o projeto.

Ao longo do tempo algumas modificações foram incorporadas à lei 4.829 (que instituiu o Sistema Nacional de Crédito Rural), que completou 43 anos em 5 de novembro passado, mas a essência continua a mesma, e, envelhecida, está bastante defasada em relação aos significativos avanços e transformações ocorridas na agropecuária brasileira nas últimas décadas.

É fundamental discutir mudanças estruturais no velho modelo, mas precisam estar vinculadas à proteção da renda. A ausência de estímulos a esses mecanismos, aliada às tradicionais peculiaridades (caráter biológico, períodos cíclicos e dependência do clima) da agropecuária, produziu nas últimas décadas uma sucessão de crises, de produção ou de renda, obrigando a renegociação e/ou prorrogação de dívidas. Para o sistema de crédito, as consequências são o agravamento dos riscos, o aumento da provisão, o não retorno dos capitais emprestados, a retração dos financiadores, a redução da disponibilidade de crédito e a falta de atratividade para novos agentes financeiros. Em resumo, menos crédito, para mais demanda.

Na roça, a gente costuma dizer que "sapo não pula por boniteza, mas por necessidade". O Brasil tem um papel crescente no cenário global de suprimento

de alimentos e biocombustíveis, com sua agropecuária eficiente e competitiva. Mas pode perder esta condição sem um sistema de crédito rural moderno e eficaz.

Estamos discutindo o assunto no âmbito do COSAG/FIESP, com o apoio e o impulso da Vice Presidência de Crédito Rural do Banco do Brasil. E esperamos, em breve, apresentar à sociedade, para discussão, temas como:

- crédito rotativo e renovável para o conjunto dos empreendimentos da propriedade rural, estendido a vários ciclos produtivos.
- adesão compulsória a seguro rural e a proteção de preços e fundos garantidores;
- subvenção ao prêmio de opção de venda, a exemplo do subsídio ao seguro;
- criação de um fundo de liquidez para o crédito rural;
- desburocratização geral.

Por aí esperamos avançar, oferecendo ao país a oportunidade de criar milhares de empregos e muito mais renda para todas as cadeias produtivas.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**